

CIDADE TERMAL, CIDADE (I)MORTAL?

JORGE MANGORRINHA*

1. TERMALISMO E TERRITÓRIO

Uma cidade com recursos de água mineral natural é uma cidade que incorpora o culto da água, do banho e da convivialidade. Estes deram origem a estruturas com um significado fundamental para essa relação secular, desde a Antiguidade Clássica, a partir da qual os estudos e a evolução do conhecimento acompanharam as práticas. A grande expansão da balneoterapia dá-se, porém, durante o século XIX, motivada pela confluência de diversos factores de carácter social e científico. O avanço generalizado no conhecimento relacionado com as modernas teorias hidroterápicas trouxe progresso para as termas europeias. O termalismo viveu a sua época de ouro, reflectindo-se no território, e a legislação portuguesa deu um impulso decisivo para que algumas estâncias, em Portugal, no final do século, atingissem um lugar próprio e reconhecido, nos anos seguintes.

Remotamente, os mais antigos vestígios do culto da água localizam-se na actual cidade paquistanesa (indiana antes de 1947) de Mohenjo-daro (anteriores ao ano 2000 a. C.), com estruturas arquitectónicas precursoras: uma piscina é envolta de um conjunto de salas abobadadas, que antecedem uma galeria dupla de compartimentos de banhos privados. Depois, os cartagineses e os gregos souberam também aproveitar os benefícios dessas águas. O grego Heródoto, no ano de 450 a. C., estabeleceu certos

* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Turismo, Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa. jorge.mangorrinha@ulusofona.pt. Este artigo segue o Acordo Ortográfico de 1945.

princípios fundamentais da cura balneária: falava dos 21 dias de terapia, da selecção das águas segundo as épocas, maneira de administrar os banhos, etc.. Hipócrates de Cós (400 a. C.), no seu Tratado *Dos Ares, Águas e Lugares*, alude às águas minerais, considerando a água como remédio terapêutico de primeira ordem, mas estabelecendo certas contra-indicações no seu uso, e dando importância aos territórios, como lugares, onde eram ministradas.

A civilização grega teve uma veneração especial pelas nascentes, exprimindo o seu reconhecimento por meio de dádivas a ninfas e deuses protectores. Mas também a maioria dos seus centros médicos utilizavam a prática hidroterapêutica, inspirada no empirismo e na observação e com referências espirituais a Asclépio, o Deus grego da medicina, que deu nome aos balneários da época, os *asclepias*, quase sempre lugares de peregrinação para muitos doentes, que eram tratados por sacerdotes. Ao culto da água, os gregos associaram o exercício físico — criando, para tal, os ginásios — e igualmente rituais de nascimento, casamento e morte. As pinturas decorativas sobre ânforas da antiga Grécia revelam a existência de artefactos primitivos similares a duches. Esta civilização principiou a especialização das ditas «águas medicinais». Petron (século VI a. C.) aconselha a sudação produzida pelo banho termal para o mesmo fim. É ainda o filósofo e médico grego Oribase (século IV da era cretinaiana e médico do imperador Flavius Claudius Julianus), já no tempo da dominação romana, que é o autor de uma primeira classificação das águas minerais, que perduraria muitos séculos como referência.

As cidades sob o império romano conformaram a estrutura social desta civilização: centralizavam o comércio e o controlo da população por parte de quem detinha o poder. O desenho urbano das cidades respeitava, na generalidade, pautas reguladoras, de forma a alcançar-se o funcionamento dos serviços públicos e militares. A cidade era composta, na generalidade, por uma classe ociosa, cujo tempo livre era decorrente de uma estrutura familiar extensa e protectora, e por uma classe de trabalhadores com uma forte componente de escravos e uma estrutura produtiva orientada ao consumo. A esta tipificação social, a administração do Estado romano criou diversas instituições de ocupação e controlo dos cidadãos, pelo impacto que uma classe ociosa poderia ter na sociedade e na política. Dessas instituições, destacaram-se os banhos públicos, pela sua importância social e urbana, edifícios comunitários tal como as basílicas e os *fora*. Estes banhos tinham diversas funções, como, por exemplo, as higiénicas, comerciais, culturais e terapêuticas. Para resolver as questões higiénicas mais prementes, existiam nas cidades numerosas latrinas, já que apenas alguns privilegiados contavam no seu *domus* com água corrente e sistema próprio de banhos e latrinas. O facto de os cidadãos de Roma dependerem do Estado, que lhes impunha o bem-estar físico, levou a que as termas fossem consideradas como serviços públicos gratuitos e abertos a todos. O Império Romano formava um corpo com milhares de cidades autónomas, mas a vida

era praticamente idêntica fosse no ocidente ou na parte oriental do Império. À parte das construções realizadas para a glória do Império, os maiores complexos foram edifícios para acolherem termas, também designadas pelos imperadores como «palácios do povo». Para fazer face aos banhos públicos, esta civilização criaria também as *balnea*, que se distinguiam dos primeiros pela sua menor dimensão e localização. Quase sempre eram erigidas em sítios disponíveis na malha urbana. O banho era envolto em divertimento e prazer, pelo que havia, por vezes, dependências destinadas à conversação, leitura e exercício físico, como lojas e galeria de quadros, parques e piscinas de natação, jogos de bola; tudo, enfim, que pudesse entreter uma civilização tão rica e dada ao luxo. Os edifícios com *palaestra* eram uma interpretação romana da *palaestra* grega, mas mais modestos, sendo uma dependência das termas.

Na interpretação da cidade romana, não se devem dissociar as profundas reformas dos sistemas de abastecimento de água. A construção e a ampliação dos aquedutos, assim como os evidentes progressos que experimentou a engenharia hidráulica, estiveram na base de uma maior liberdade de expressão arquitectónica, que implicou um incremento considerável das áreas termais e, conseqüentemente, a necessidade de recolher mais metros cúbicos de água.

Na Idade Média, a cultura do banho transformou-se em função das mudanças políticas, religiosas e filosóficas. De uma maneira geral, distinguiu-se entre o banho das regiões setentrionais e os da bacia mediterrânea. No norte da Europa, onde a influência romana e muçulmana foi mínima ou não existiu, desenvolveu-se um tipo de banho mais ascético e pessoal — a sauna —, enquanto que, no sul, se conservou a tradição romana, mas com menor esplendor, centrando-se o culto na função higiénica. Os banhos romanos são mantidos durante algum tempo na Alta Idade Média ocidental, até nos mosteiros, mas são cada vez mais reservados aos doentes. Uma grande parte das cidades mediterrâneas manteve-os, mas convertidos em estabelecimentos que, geridos directamente pelo seu proprietário, não tinham qualquer significado espacial. Influências árabes e judias foram a causa, desde o século XII, da proliferação de banhos públicos no período medieval. O banho (no sentido lato) desempenhou um papel limitado e muito especial. Para além das preocupações termais, estufas e banhos misturavam as suas práticas com as das tabernas, bordéis e casas de jogo. Os banhos públicos e as estufas foram sobretudo locais de prazeres absolutamente específicos, e não tanto de higiene, até porque estes povos desenvolveram novos costumes e uma reacção progressiva contra o banho em comunidade, muito influenciada pela moral religiosa. O alastramento da lepra por toda a Europa, dos séculos XI a XIII, levou à criação, por parte de reis, nobres e eclesiásticos, de numerosos hospitais destinados aos leprosos — as gafarias —, que proliferaram e que se localizaram muitos deles junto às emergências de água termal.

A cultura islâmica juntou as doutrinas naturistas das escolas de Atenas e de Alexandria com os vestígios da ciência bizantina que lhe coube por herança. Entre os Muçulmanos, o banho não só foi preceito de higiene e terapêutica como também foi preceito religioso. Além da ablução religiosa, o banho de imersão, chuveiro e jorro era um dos prazeres da sociedade. No quadro urbano, o *hammam* foi um lugar de convergência preferencial do quotidiano, com constante deambulação entre o *hammam* e a medina. Uma grande parte das cidades islâmicas surgiu de fundações romanas. Este facto levou à preservação de costumes da vida romana, designadamente os banhos públicos, que se adaptaram gradualmente à doutrina do Corão e às influências culturais orientais. Em comparação com a monumentalidade das termas, o banho islâmico é produto de uma concepção mais introspectiva da vida e da religião, e nas suas diferentes nuances temporais e geográficas, apresenta uma dimensão urbana quase oculta.

A partir do Renascimento e sobretudo a partir do século XVIII, os espaços passam a ser áreas associadas à assistência, mas também à vilegiatura, ao *Grand Tour*, ao jogo e ao lazer, dotadas de condições de alojamento que atraíram a burguesia e a aristocracia, passando a ser territórios de origem das primeiras formas organizadas e agenciadas, no século XIX. O termalismo passou a envolver o «ir a águas» simultaneamente como procura curativa e veraneio. Os últimos dois séculos, sobretudo, conferiram a estes locais um acontecimento social, a que muitas vezes o «tomar as águas» tem sido um pretexto. Aos conteúdos sociais próprios destes territórios, concretizados em usos diversos (balnear, hoteleiro, recreativo, lúdico e cultural), correspondem formas e espaços comuns, dotados de bens imóveis e móveis, que formam uma unidade contínua, claramente identificável e com interesse suficiente na sua totalidade.

2. O CICLO DE VIDA DE UMA CIDADE TERMAL

A avaliação do ciclo de vida de uma cidade é um raciocínio relativamente novo. Ela é geralmente realizada através de levantamentos estatísticos de desenvolvimento e modernização urbanos e métodos de monitorização das mudanças positivas e negativas.

Tal como o ciclo de vida de um produto ou de um destino turístico, o ciclo de vida da cidade é uma ferramenta de análise importante, tendo em vista a realização programada de planos de ordenamento do território, planos operacionais, entre outros, na medida em que delinear estratégias pressupõe conhecer a sua evolução e em que estágio de desenvolvimento se encontra para assim sugerir as acções, medidas e/ou iniciativas a promover.

Esta problemática também se associa às escalas.

Há alguns anos, dizia-se que a globalização iria destruir as diferenças locais, homogeneizando o espaço e a sociedade. Hoje, o debate não se coloca mais nestes termos. Tanto as peculiaridades locais, como a própria globalização económica,

passaram a valorizar as diferenças dos lugares, fazendo desta distinção um atractivo para o capital económico.

Uma cidade é sonhada, projectada, construída e vivenciada. Na sua evolução, ora se parece transformar de uma forma vertiginosa, ora parece permanecer quase imutável na sua morfologia e na sua identidade — são os tempos da cidade.

No nosso caso de estudo, sabemos como as cidades e estâncias termais, com as suas características próprias, são espaços intrinsecamente de terapia e lazer, e algumas delas ganharam outras funções e outros desempenhos estratégicos. Na sua essência, o sistema formado pelos recursos naturais e valores patrimoniais constitui um traço estruturante da paisagem e da ambiência destas cidades.

Desde logo, a salvaguarda nas melhores condições do perímetro de protecção termal relativamente às captações de água subterrânea. A determinação, delimitação e fixação dos perímetros de protecção a montante da captação dependem das características hidrogeológicas e constituem actos de natureza complexa. Impõe-se que nesses perímetros sejam tomadas as mais exigentes medidas de prevenção e protecção, eliminando ou evitando possíveis focos de poluição. Caso contrário, é posto em causa o futuro da actividade termal, dado que a poluição de um aquífero é, por vezes, irreversível ou de regeneração difícil.

O aquífero é, portanto, parte essencial do ecossistema da cidade termal, cujo modelo de desenvolvimento se suporta num recurso essencial — a água. A esta juntam-se os edifícios induzidos pelo termalismo (balneários, *buvettes*, hotéis, casinos, pavilhões nascente e de engarrafamento, jardins e parques arbóreos para a prática desportiva e para o lazer). O desenho destas terras de águas é o suporte de um estilo de vida exclusivo, cujos ícones são a sua manifestação maior e cenários de representação de uma imagética associada às práticas de terapia e de lazer.

Ela é a cidade que acima do solo deve aproximar-se de «Hygeia», a cidade da saúde, de Richardson (1876), e no subsolo preservar a riqueza aquífera, tal como «Isaura», a cidade dos 1000 poços, do texto *Cidade Invisível*, de Calvino (1972).

O tempo das cidades é algo a que também podemos associar as suas identidades, mesmo com a perda momentânea da sua função mais distintiva. Por exemplo, a cidade inglesa de Bath sobreviveu exportando a sua imagem de cidade termal, quando as suas termas fecharam por inquinação das águas (1976), até à abertura do novo balneário termal (2006). E isto foi possível, porque manteve a sua imagética urbana e turística associada a essa identidade, mesmo sem ter, nesse largo período, um balneário em funcionamento. O tempo aqui, associado a esta imagética, parece que não parou.

A cidade termal é, pois, um sistema dinâmico impulsionado por forças positivas e negativas, aberto a conflitos e cooperações internas e externas e composto por subsistemas. O seu futuro é sempre pensado na incerteza do que nos espera. O visionismo configura um mundo instável, flutuante, descontínuo e inesperado. Estruturas organizadas ou

caóticas do presente podem esperar diferentes oportunidades, beneficiando da ordem ou do caos herdados. Essas oportunidades conduzem a estratégias e acções, para antecipar comportamentos futuros, fortalecer a competitividade, regenerar a cidade, continuar-lhe o ciclo de vida.

A cidade como lugar de residência ou destino turístico é uma resultante de ciclos e impulsos de desenvolvimento, desde o período pré-industrial ao pós-industrial. Presentemente, a cidade tradicional confronta-se com a evolução tecnológica digital. Mesmo uma cidade termal, que tem raiz num recurso natural e em equipamentos induzidos pelo termalismo, não se pode alhear das características sistémicas e complexas, porque são estas que conferem uma mudança de maior alcance na sua estrutura. Esta mudança pode e deve ampliá-la de conteúdos e formas de relacionamento na cidade, por parte dos utentes, tendo em vista duas ordens de razões:

- a) o papel crescente adquirido pelas novas tecnologias;
- b) as novas experiências e o incremento de políticas de gestão urbana, com base no saber e no clima organizacional, de forma que se dê um esforço constante para transformar as vantagens comparadas em vantagens competitivas.

No caso concreto de uma cidade em busca da sua identidade termal, como é o das Caldas da Rainha, potenciar o seu centro urbano como parque de saúde, integrando aspectos patrimoniais, de cultura e de Natureza, é apostar nas identidades plurais e práticas novas de apropriação material e simbólica do espaço e do tempo. A diversidade cultural, a multiplicidade de usos urbanos e a difusão de tecnologias de comunicação rasgam as fronteiras do quotidiano dos lugares. Para além do Estado e do mercado de troca de bens e serviços, há novas dimensões de pensar a construção de referências para a vida em sociedade. É nesse sentido que a retoma do papel da cidadania como instância política é necessária e inadiável.

As cidades são um palco de tensões, de desafios, de planeamento, de acção política e de cidadania. Hoje, em Portugal e fora dele. E tal como disse Fernando Pessoa, há quase um século, no número único do «Portugal Futurista» (1917) «A Europa [...] quer o Poeta que busque a imortalidade ardentemente».

Nas cidades termais, em que a água quente amorna os corpos, há poesia no tempo e no espaço. Há sedução, entre os corpos e as ambiências. Uma cidade que respira sedução, deve manter-se viva. Essa cidade da água — sempre em risco pelos perigos ambientais —, afinal, durará o que tiver que durar enquanto cidade termal, pode vir a ser uma outra coisa e voltar a sê-lo, numa constante sedução entre o corpo e a água e entre o tempo e o espaço.

O risco pode ter causas naturais, tecnológicas ou humanas; pode ser decorrente de um processo dinâmico ou de um acontecimento pontual. Daí que esta temática deve incorporar a montante as problemáticas do planeamento estratégico e territorial,

da conservação do património termal e do questionamento de um modelo urbano, a partir das quais se pode definir um conjunto de encaminhamentos que configurem os cenários mais otimistas e levem a uma actuação neste domínio de alargamento da cadeia de valor para o sector e para os territórios respectivos.

3. CIDADE DE SAÚDE? CIDADE DE TURISMO?

Nesta como noutras tipologias de cidades, o entendimento correcto da vocação do território no quadro do mercado leva a que se dê o foco às questões que lhe dão condições competitivas, o contínuo aperfeiçoamento, a busca da qualidade e a busca da satisfação do utilizador.

Inúmeros desafios se colocam ao desenvolvimento futuro destas cidades, quanto à compatibilização entre lugar de prestação de saúde, turístico, preservação de património, ordenamento e ambiente. Estes são, aliás, aspectos que parecem colocar-se com maior acuidade aos poderes públicos e aos empresários, que devem ver este território como completo e criado estruturalmente para um cenário idílico, que é reforçadamente utilizado durante o período em que decorre a terapia por via da utilização das águas e as terapias auxiliares a coadjuvantes da crenoterapia e da hidrologia médica. O papel inovador do microcosmo termal só se manterá se adoptar estratégias exemplares de mudança e de progresso, designadamente na articulação entre o ordenamento do território e o turismo, como binómio e sinónimo de bem-estar social, cultural e material. «Para “construir território”, para agir e pensar em seu nome, é necessário que os actores (territoriais) possam encontrar-se, dialogar em conjunto, construir sinergias, e finalmente, participar na realização de um projecto comum de interesse geral: um projecto de território»¹, escreveu Fabienne Goux-Baudiment, para o qual deve sempre haver critérios para além das previsões a 5, 10, 20 anos, em relação à sua evolução.

A cidade, afinal, durará o que tiver que durar. Ser imortal não é apenas viver para sempre, mas essencialmente não morrer aos olhos dos que conosco se cruzam.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS, Álvaro de [Heterónimo de Fernando Pessoa] (1917) — *Ultimatum*. «Portugal Futurista», n.º 1 (único). [S.l.: s.n.].
- COSTA, Leonildo de Mendonça e. *dir.* (1892) — «Gazeta dos Caminhos de Ferro», n.º 23 do 5.º ano, n.º 119. [S.l.: s.n.].
- GOUX-BAUDIMENT, Fabienne (2001) — *Quand les Territoires Pensent leur Future*. La Tour-d'Aigues: L'Aube Éditions.
- MOLLINA, Sergio (2003) — *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph.

¹ GOUX-BAUDIMENT, 2001: 27.

